

## REUNIÃO GEM 16.04.2010

Aos dezesseis dias do mês de abril de 2010, às 14 horas, no Anfiteatro da Casa da Cultura em Telêmaco Borba, o Sr. Gilmar Schwanka, coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinar da UHE Mauá, deu início a reunião de instalação do GEM e agradeceu a presença de todos. Em seguida informou todas as 44 entidades que foram convidadas para participar dessa 1ª. reunião. O Sr. Gilmar destacou que qualquer entidade que eventualmente não tenha sido convidada para participar poderá participar das reuniões e vir a fazer parte do GEM Mauá. Na sequência o Sr. Gilmar fez uma breve exposição acerca do Regimento Interno do GEM Mauá, destacando que mesmo já estava aprovado. Informou ainda as formas das entidades interessadas se inscreverem no GEM Mauá. Na sequência o Sr. Gilmar abriu para questionamento dos presentes. O Dr. João Akira Omoto, procurador da República, pediu a palavra e fez um breve histórico sobre a obra desde seu início. Destacou que o MPF acompanhou todas as etapas e recomendou a criação do GEM como cumprimento de uma condicionante da LI, o que foi prontamente atendido pelo CECS. O modelo do GEM apresentado na primeira reunião realizada em fevereiro com cerca de 200 pessoas deveria ser expandida segundo a visão do MPF e o GEM foi rediscutido até o formato presente, apresentado pelo Sr. Gilmar. Segundo o Sr. Akira, apesar da informação de que o RI já estaria aprovado, ele informou que recebeu da Sra. Rosane, representante da Copel, uma nova proposta de GEM, e sugeriu que ela fizesse uma apresentação em Power Point. O Sr. Gilmar não concordou com a apresentação pois entende que essa apresentação deverá ser discutida internamente entre Copel e CECS, antes de ser apresentada aos presentes e criar qualquer tipo de expectativa. A sra. Rosane pediu a palavra e informou que colocava-se a disposição para discutir em outra oportunidade. O Sr. Lamy pediu a palavra e sugeriu que a sra. Rosane fizesse sua apresentação, o que foi feito na sequência com a nova proposta do GEM. Encerrada a apresentação, um dos presentes Sr. Rafael Filipin, da Liga Ambiental, pediu a palavra e informou que o GEM deve ser deliberativo e não consultivo, e que faltam câmaras técnicas como exemplo uma que trate da questão indígena. Na sequência o Dr. Sergio Lamy, Superint. Geral do CECS esclareceu que qualquer câmara técnica poderá ser criada conforme a necessidade (questão ictiofauna) e que a questão indígena por sugestão do MPF deve ser tratada num foro específico, fora do GEM. A seguir questionou a representante da Copel sobre qual seria a definição de caráter deliberativo. O Dr. Akira informou que acatou a posição do CECS sobre as reuniões já agendadas nas comunidades de Queimadas e Mococa e sugeriu que essa questão seja reavaliada para eventualmente integrar o GEM. Acerca da pergunta feita pelo Dr. Lamy, a sra. Rosane informou que haveria um discussão prévia a assembléia, num comitê gestor, em que as partes deliberassem e aprovassem as proposições tais como a forma de atuação, o orçamento e só após a aprovação seria submetido a assembléia. Na sequência a Sra. Isabel, da Comissão Pastoral da Terra pediu a palavra e agradeceu a presença de todos e ressaltou que o trabalho realizado por todos no GEM Caxias, apesar de muito diferentes de Mauá, deve ser utilizado como parâmetro para o GEM Mauá. Afirmou que o GEM também deverá fazer estudos e acompanhamento de casos nas situações mais urgentes. Que a reunião de hj deve estabelecer datas para as ações do GEM. Afirmou que a coordenação do GEM não poderá ficar apenas a cargo de uma única pessoa. A Sra. Isabel alertou para o fato de que as duas propostas de GEM não podem prejudicar o andamento dos trabalhos. O Sr. Paulo Antônio apresentou-se como piscicultor e reivindicou a criação de uma câmara técnica da piscicultura. O Dr.

Akira manifestou-se sobre a necessidade de discutir e deliberar sobre o projeto do GEM apresentado pela COPEL. Alegou que a proposta apresentada pela COPEL era mais completa e que estava aderindo a ela pelas razões apresentadas. O Dr. Lamy informou que o CECS aceitará qualquer proposta de melhoria do GEM mas não aceita deliberar nesta ocasião porque pretende levar aos departamentos jurídicos das consorciadas para análise. Ressaltou que a proposta do CECS já havia passado por todas essas instâncias. Na sequência o Prof. Sergio pediu a palavra e alegou que . O Dr. Akira sugeriu ouvir os representantes das consorciadas e dos órgãos ambientais. O Sr. Representante do IAP informou que desconhecia até o momento essa nova proposta e não acha possível deliberar nesse momento. O Sr. Prefeito de Telêmaco Borba pediu a palavra e expressou sua opinião de que em face da divergência deveria ser dada outra oportunidade para a deliberação das entidades envolvidas. Solicitou que a câmara de vereadores seja convidada a participar das próximas reuniões, que deverão ter agenda quinzenal ou mensal. Alegou que não se sente confortável para deliberar sobre as propostas de GEM pois não ouviu a apresentação da COPEL, mas entende que já houve um avanço em termos da participação da população e das entidades interessadas. O Dr. Lamy ressaltou que é possível avançar no GEM com base na proposta já aprovada, pois atende perfeitamente as questões a que se propõe, sem prejuízo das eventuais modificações futuras. O Sr. Akira propôs que se avance na discussão das câmaras técnicas e que se aprove o quanto antes o novo RI do GEM. O Sr. Lamy comprometeu-se a definir com as consorciadas até quinta-feira. A Sra. Denise da empresa Eletrosul pediu a palavra e sugeriu a discussão e aprovação do novo RI do GEM. O Sr. Rafael Filipin lamentou perder a oportunidade de deliberar nesta reunião por conta de questões burocráticas e alegou que os representantes de algumas instituições deveriam ter poderes de fato para representá-las. O Dr. Robson, advogado do IAP, sugeriu uma suspensão de 30 ou 40 min. para que se pudesse resolver as questões pendentes acerca da proposta da COPEL. A Sra. Xxxxxxx expressou a opinião de que a proposta da Copel é melhor e mais democrática que a apresentada pelo CECS. O Sr. Marcelo do COPATI sugeriu que seja aprovado o RI do CECS com a promessa de fazer um aditamento a um RI já aprovado na próxima assembleia. O Dr. Akira sugeriu que enquanto o Dr. Lamy entra em contato com os presidentes das empresas consorciadas sejam feitos esclarecimentos adicionais sobre as duas propostas do GEM. O Sr. Prefeito de Telêmaco sugeriu a inclusão das duas prefeituras no comitê gestor sugerido no GEM da COPEL. O Sr. Rodrigo Siqueira Rivera, representante da ONG Território Caminhos do Tibagi também entende que sua entidade deverá participar do comitê gestor e de todas as câmaras técnicas do GEM. O Dr. Akira propôs que as duas propostas fossem objeto de discussão entre MPF, órgãos ambientais, representantes dos municípios, consorciadas, defensoria pública da União e representante da MABE em uma nova reunião. A nova data e local será informada pelas consorciadas na segunda-feira. A Sra. Isabel sugeriu que a data já seja marcada nessa reunião. O Dr. Akira sugeriu a reunião dia 26 de abril às 14 horas na sede do CECS. Dr. Camilo propôs a discussão item a item da proposta de Regimento Interno apresentada pelo CECS. O prof. Sergio expressou seu entendimento que a discussão deverá prosseguir quanto às câmaras técnicas. O Sr. Filipin pediu alguns esclarecimentos e passou a palavra ao Dep. Tadeu Veneri para explicações sobre a ausência de autorização da assembleia conforme previsão da Constituição Estadual. O Dep. Esclareceu sobre os recursos apresentados a CCJ pelo Gov do estado, e que atualmente o processo encontra-se parado a 4 meses. O Sr. Ivan Bribes, da terra indígena do Cariri pediu a palavra e solicitou que seja realizada a discussão conjunta das comunidades indígenas. Entregou ao coordenador do GEM, Sr. Gilmar, uma carta contendo suas reivindicações. O Sr. Gilmar esclareceu que as camaras técnicas não

discutirão conteúdo do PBA, mas encaminharão propostas a assembléia. Sugeriu que fosse aprovada a proposta de RI do GEM com ressalva a eventuais emendas e instauradas as câmaras técnicas. O Sr. Filipin opinou no sentido de que o GEM só deve terminar quando terminar a concessão. O Dr. Camilo insistiu que seja votado item por item do RI do GEM. O Dr. Akira sugeriu que o Dr. Camilo apresente suas sugestões de alteração e depois seja feita a votação. A primeira sugestão é de que o GEM exista enquanto houver câmaras técnicas. O Sr. Akira sugeriu que o GEM tenha um prazo de duração indeterminado e foi aprovado. A segunda sugestão é de que o coordenador deve ser indicado pela assembléia. Foram dadas sugestões de alteração nas competências do coordenador que devem passar para a assembléia. Foi proposto que a reunião do dia 26 estude e discuta a aprovação das camaras técnicas por parte do coordenador. O Dr. Akira sugeriu que o coordenador e o relator não serão necessariamente a mesma pessoa, e o relator será escolhido dentre os membros. Dr. Camilo fez a proposta da criação de mais duas camaras técnicas: qualidade da água e biodiversidade do Tibagi. Foram aprovadas. A Sra. Isabel sugeriu juntar biodiversidade com fauna e piscicultura com pescadores. Sr. Mario da UEL alegou que a piscicultura deve ser agregada a questão dos pescadores. Foi aprovado. O Sr Filipin questionou em qual camara será discutida a questão das minas de carvão. Foi esclarecido que na camara de qualidade da água. Foi aprovado. A sra Ericleia da associação.....questionou se a camara tratará apenas de indenização ou se terá competência para tratar de outros assuntos. Foi informado que poderá tratar de todos os assuntos relacionados a questão. Ficou decidido suprimir o termo “indenização” das camaras técnicas. O dr. Lamy questionou qual seria o prazo razoável para se aguardar as inscrições para as camaras técnicas. O dr. Akira sugeriu que após o protocolo do quinto nome indicado por entidade conta-se mais 10 dias para se instalar a camara. O dr. Akira solicitou que todas as informações sobre os temas das camaras técnicas sejam disponibilizados pelo CECS. Foi sugerida a criação de uma camara técnica sobre a questão indígena. O CECS propôs que se consultem os índios primeiro. Foi decidido que os indígenas serão integrados aos trabalhos sem constituir camara técnica. Sugerida a camara técnica de sítios arqueológicos. Aprovada. Próxima data de assembléia – no dia 25 do mês de maio terça-feira em Ortigueira as 14 horas. Sem mais a tratar, o coordenador encerrou os trabalhos.